



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS  
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676  
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP  
E-mail: coace@ufscar.br

1

2

## **ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**

3

## **CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS**

4

5 **Data:** 17 de dezembro de 2019

6 **Horário:** 14h

7 **Local:** Auditório 1 da Biblioteca Comunitária

8 **Presidência:** PROF. DR. LEONARDO ANTÔNIO DE ANDRADE

9 **Membros:** Conforme assinaturas na lista de presença

10 **Secretária:** LUANA DOMINGUES PEREIRA

11 Aos dezessete dias de dezembro de dois mil e dezenove, às 14 horas, no Auditório 1 da  
12 Biblioteca Comunitária realizou-se a 43ª Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos  
13 Comunitários e Estudantis - CoACE da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis -  
14 ProACE, presidida pelo Pró-Reitor Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade. O presidente  
15 iniciou a reunião saudando todos os presentes. No item 1.1.1. Resultado eleições discentes  
16 CoACE: Prof. Leonardo apresentou o resultado das eleições de discentes para o CoACE e  
17 esclareceu que os membros seriam empossados na próxima reunião do Conselho, já para  
18 comparecerem como membros, devidamente convocados, sendo que na presente reunião  
19 permaneceriam os atuais membros. Prof. Leonardo leu os nomes dos discentes eleitos, já  
20 homologados pelo ConsUni, sendo eles: Membros titulares, Thiago da Silva Rodrigues,  
21 discente do curso de Engenharia Agrônômica do campus Lagoa do Sino; Amanda Lélis Angotti  
22 Azevedo, discente do curso de Enfermagem do campus São Carlos; Tulio Soares da Silva,  
23 discente do curso de Ciências Sociais do campus São Carlos; membros suplentes, Mayara  
24 Allison Fagundes Pereira, discente do curso de Educação Especial do campus São Carlos;  
25 Everton Xavier de Lima, discente do curso de Ciências Biológicas em Licenciatura Plena do  
26 campus de Sorocaba; Tatiana Nicéas de Moraes, discente do curso de Estatística do campus  
27 São Carlos; não houve candidatos para a eleição da categoria da pós-graduação. Prof.  
28 Leonardo disse que um outro informe importante seria a indicação do Centro de Ciências em  
29 Gestão e Tecnologia – CCGT de uma troca de membros conselheiros, sendo feito o ato  
30 administrativo CoACE n. 01 de 03 de dezembro de 2019 que deu posse ao Prof. Dr. Cleiton  
31 Fernandes Ferrarini e à Profa. Dra. Marcia Regina Neves Guimarães como membros titulares  
32 do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de São Carlos,  
33 indicados pelo Conselho de Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia – CCGT, em  
34 substituição à Profa. Dra. Cândida Nunes da Silva e à Profa. Dra. Mariusa Momenti Pitelli. 1.2.  
35 INFORMES DAS UNIDADES: Não houve informes. 1.3. INFORMES DOS MEMBROS: Não  
36 houve informes. 2 ORDEM DO DIA - 2.1 Ata da 41ª Reunião Ordinária do CoACE: Prof.  
37 Leonardo disse que seguindo sugestão da conselheira presente na penúltima reunião deste  
38 Conselho, se trouxe uma ata mais recente para aprovação, alternando entre uma ata mais antiga e  
39 uma ata mais recente, tendo em vista que foi apontado por muitos conselheiros o atraso nas atas,

40 devido a ausência da secretária da ProACE, que estava em licença maternidade, tentando-se colocar  
41 essa questão em dia; questionou se havia alguma manifestação referente a ata. Não havendo  
42 manifestações iniciou-se a votação e a ata foi aprovada por unanimidade. 2.2 Calendário UAC  
43 2020: Prof. Leonardo convidou a diretora da UAC, Sra. Eliane, para esclarecimentos referentes ao  
44 calendário; disse que o documento foi previamente enviado aos conselheiros e ressaltou que o  
45 calendário da UAC, como o de outras unidades de ensino, respeitava a métrica dos 200 dias letivos,  
46 sendo um desafio encaixar os 200 dias, mas assim o foi feito. Sra. Elaine disse que se prezou pelos  
47 200 dias letivos, havendo 1 dia a mais, pensando em possíveis paralisações ou greves, sendo que  
48 nesses casos a reposição é realizada com atividades com as crianças e a família aos sábados;  
49 informou que havia algumas novidades no calendário, como a Parada Pedagógica, que era uma  
50 demanda das professoras, que seria um momento para reunião com as estagiárias e estagiários da  
51 UAC, que seria contado como dia letivo, pois ocorreria em meio período; por fim se disponibilizou  
52 para esclarecimentos possíveis dúvidas. Não havendo manifestações iniciou-se a votação para  
53 aprovação do calendário da UAC 2020, aprovado por unanimidade. 2.3 Calendário CoACE 2020:  
54 Prof. Leonardo disse que foi informado por e-mail que havia um conflito de data de uma reunião  
55 com feriados; informou que seriam realizadas seis reuniões em 2020, como de praxe, reuniões  
56 ordinárias; afirmou que frente a qualquer necessidade haveria convocação com antecedência das  
57 reuniões extraordinárias, mas que para cumprir o calendário seria uma reunião a cada dois meses,  
58 respeitando o calendário acadêmico, preferindo concentrar as reuniões no período de aulas para  
59 facilitar a representação discente dentro do Conselho; informou que as reuniões seriam nos dias 24  
60 de março, 26 de maio, 07 de julho, 22 de setembro, 03 de novembro e 01 de dezembro; disse que foi  
61 apontado que a reunião do dia 03 de novembro estaria entre dois feriados, o Dia de Finados e o  
62 aniversário da cidade de São Carlos; disse que observou que a reunião poderia ser na terça-feira  
63 anterior, dia 27 de outubro, uma boa sugestão porque a próxima reunião estava estabelecida para  
64 dezembro, sendo esse um intervalo de tempo menor; disse que essa era uma proposta apresentada e  
65 que seria enviado um calendário com a retificação da data da 48ª reunião que passaria a ser no dia  
66 27 de outubro de 2020; questionou se havia alguma dúvida ou outra sugestão. Não havendo  
67 manifestação iniciou-se a votação da aprovação do calendário, aprovado por unanimidade com a  
68 data da 48ª Reunião retificada. 2.4 Edital Ingresso PAE 2020: Prof. Leonardo informou que havia  
69 uma métrica utilizada há algum tempo para avaliação, não apenas observando a renda familiar,  
70 renda per capita, que é o ponto principal ainda em termos de porcentagem e determinação, mas  
71 considerava outros fatores como agravantes familiares, questão da procedência da renda,  
72 composição familiar, se a família tem casa própria, casa cedida ou casa alugada; definindo-se a  
73 partir daí três níveis de vulnerabilidade; o primeiro nível atendia a questão das bolsas alimentação e  
74 moradia, seja ela vaga na moradia interna, nos campi de São Carlos e Sorocaba, e para os demais  
75 campi moradia em espécie, que correspondia a uma bolsa no valor de R\$350,00 e também a bolsa  
76 atividade, preferencialmente distribuída, aos alunos dessa categoria, que foi criada na UFSCar e é  
77 uma prática não comum em outras instituições federais de ensino superior; o nível 2 de  
78 vulnerabilidade que disponibiliza as bolsas moradias, vagas ou em espécie, e alimentação; e o nível  
79 3, que assim como os que ingressam pelo SISU pelos grupos 1 e 2, disponibiliza uma bolsa  
80 alimentação parcial, que é um preço especial para fornecimento das refeições no Restaurante  
81 Universitário; disse que o Programa de Assistência Estudantil – PAE seguia essa métrica  
82 apresentada, relatando que nenhuma métrica é perfeita, todas elas precisam ser reavaliadas e  
83 reanalisadas; disse que se tinha o fechamento do processo, além da questão da comissão paritária,  
84 que visa analisar a conformidade, a partir de onde se refina o que vem de *feedback* da aplicação do  
85 último edital e se faz os ajustes necessários que são colocados; disse que o resultado desse processo  
86 era o documento apresentado na minuta enviada aos conselheiros e se colocou a disposição para  
87 esclarecimentos abrindo a fala para os presentes. Prof. Marcos disse que gostaria de aproveitar esse  
88 tema para falar sobre uma questão que apareceu no último ConsUni; disse que se tinha uma política  
89 nos serviços públicos, de uma maneira geral, de terceirização dos serviços; disse que se poderia  
90 discutir se isso é correto ou não, mas que não caberia no momento, mas que nessa questão que  
91 envolvia a análise socioeconômica dos estudantes se deveria ter a preocupação de se manter essa

92 política dentro da Universidade, que estava ciente do cotidiano da Instituição; relatou que as  
93 políticas de inclusão de ingresso nos últimos anos permitiram que uma quantidade maior de  
94 estudantes de baixa renda pudessem adentrar nas Universidades, com condições de vida não  
95 consideradas as mais adequadas, baseado na métrica; que correspondiam a algumas situações, que  
96 talvez uma empresa particular não tivesse a mesma sensibilidade e condição de analisar; disse que  
97 se soube, na reunião do ConsUni, que alguns alunos perderam a bolsa moradia em função dessa  
98 lógica e registrou sua preocupação, pois haveria um novo edital, uma nova discussão, o ingresso de  
99 novos estudantes e registrou que achava que a Universidade precisava ter uma política, uma visão  
100 mais humanista, humanizadora, para essa questão que envolvia entender qual é a vida social de cada  
101 estudante; disse que o critério é necessário, mas que lhe parecia que uma empresa terceirizada teria  
102 menos condições de fazer isso, do que os servidores da Instituição, porque até os servidores  
103 possuem essa dificuldade; finalizou dizendo que a Pró-Reitoria deveria ter essa preocupação e  
104 pensar sobre isso. Prof. Leonardo respondeu que era importante entender o funcionamento interno  
105 da ProACE, do Departamento de Assistência ao Estudante, entender as duas entradas que  
106 acontecem na Universidade, pelo SISU e ao Programa de Assistência Estudantil; disse que era  
107 importante salientar que o corpo técnico para análise socioeconômica em São Carlos contava com 3  
108 assistentes sociais, em Sorocaba com 2 assistentes, em Araras com 2 assistentes e em Lagoa do Sino  
109 com 1 assistente, sendo que a quantidade de análises feitas no processo do PAE chegavam a mais de  
110 1500, um volume muito grande para um quadro de corpo técnico pequeno; disse que ao longo dos  
111 anos não se teve uma expansão do quadro funcional de servidores técnicos em especial assistentes  
112 sociais; afirmou que a análise socioeconômica só pode ser realizada por assistentes sociais e isso  
113 fazia com que se o corpo técnico não conseguisse fazer a análise, acabasse, infelizmente, sendo  
114 necessário terceirizar o processo; disse que sendo certo ou errado, não era uma discussão filosófica,  
115 mas uma questão prática, porque não se conseguia, com esse corpo técnico, fazer o processo da  
116 entrada do SISU e do PAE; disse que entendia a preocupação em relação a humanização do  
117 processo e que sabia que por mais adequada que fosse a análise da empresa, talvez não fosse com  
118 todo o cuidado que o pessoal técnico que acompanha o cotidiano dos alunos nos campi conseguiria  
119 fazer, mas que essa não era uma opção, teria que se ter uma expansão do corpo técnico bem grande  
120 para atender essa demanda, algo que infelizmente de acordo com as políticas federais estava  
121 distante de acontecer; explicou que quando a empresa terceirizada é contatada há todo um cuidado  
122 para explicar essa questão humana, toda empresa contratada para fazer a análise socioeconômica  
123 passa por um treinamento de aproximadamente um mês com a equipe de assistentes sociais da  
124 Instituição, para entender como é o edital e o processo de avaliação; disse que nenhuma empresa  
125 estava imune de cometer erros; exemplificou que no último processo se registrou desvio de  
126 documentos e que realmente poderia ter acontecido, mas que o processo contava com várias fases  
127 até o final, havendo a perda de documentos, se poderia apresentá-los em outra fase, se continuasse  
128 acontecendo se poderia apresentar um recurso para a comissão paritária que analisaria a  
129 conformidade; reafirmou que entendia a preocupação, mas que a empresa faria com maior zelo o  
130 trabalho, porque haveria suporte, treinamento desse pessoal, explicação do edital e tudo o que fosse  
131 necessário; explicou que no ano passado apesar de priorizarem o Programa de Assistência  
132 Estudantil, além do processo do SISU, realizado por uma empresa terceirizada e do Programa de  
133 Assistência Estudantil que é o corpo técnico, se fez a renovação como um terceiro processo dentro  
134 do ano, se tentasse deslocar o corpo técnico faria com que todo o acompanhamento estudantil que  
135 as assistentes sociais fazem parassem, todo cuidado e planejamento de ter, por exemplo,  
136 atendimentos de emergência não poderiam acontecer, se teria que fechar o corpo técnico e mesmo  
137 assim não se daria conta do processo dentro do calendário proposto; disse que como o processo de  
138 renovação não acontecia há 5 anos, esse foi realizado para se entrar em conformidade, com  
139 cobranças tanto da Auditoria Interna da UFSCar, como dos órgãos de controle, como a CGU;  
140 esclareceu que se fez a renovação para não se colocar em risco o Programa de Assistência  
141 Estudantil e se teve que fazer pela empresa terceirizada pelo volume; afirmou que foram mais de  
142 duas mil avaliações, então não teria como fazer de qualquer forma, disse que entendia a  
143 preocupação, mas que achava que o processo era sim validado pelo edital que estava sendo

144 apresentado e também pelo trabalho da comissão; afirmou que sabia que poderiam haver erros, mas  
145 dentro do processo como um todo, disse que haviam casos que aconteciam e que não chegavam ao  
146 conselho, pois eram resolvidos no âmbito interno, ou seja, casos de pessoas que tiveram problemas,  
147 sejam psicológicos, familiares, na renovação ou no ingresso; esses casos vinham para a Pró-Reitoria  
148 e eram analisados um a um, primeiro a regra do edital, e em casos omissos, pelo bom senso e o  
149 apoio jurídico para se decidir pelo melhor para cada estudante; reforçou que sabia-se que houve  
150 casos que aconteceram que estavam sendo levantados, de pessoas que não entregaram documentos  
151 dentro da fase de recurso e acabaram sendo desclassificados, tendo muitos casos que acreditava que  
152 esses estudantes deveriam regressar e no início de 2020 eles teriam a chance de tentar novamente  
153 com esse edital; afirmou que de forma alguma a ProACE, através da sua equipe técnica, queria  
154 deixar de assistir um estudante que precisa, mas infelizmente haviam limitações no número de  
155 servidores que compõe a Pró-Reitoria e que poderiam fazer essa análise, além de toda a questão  
156 jurídica; disse que no ConsUni foi colocado a questão de a empresa não fazer a análise adequada na  
157 primeira vez para fazer uma segunda análise e faturar em cima disso, mas que em um processo que  
158 500 pessoas deixaram para o último dia a entrega dos envelopes com as inscrições, as chances de  
159 falhas e extravio eram grandes, então não via com maus olhos; além do que a questão que rege o  
160 pagamento da empresa no termo de referência passava por um crivo jurídico da Procuradoria  
161 Federal que analisava se a Universidade, pagando dessa forma, teria a melhor relação custo-  
162 benefício para atender o contrato, então ele não via essa preocupação; finalizou dizendo que era um  
163 processo extenso de renovação, duas mil avaliações, poderia haver erros, mas o edital garantiria em  
164 todas as etapas o direito de permanência do estudante; e se colocou a disposição para outras  
165 colocações. A discente do campus de Sorocaba, Luiza, se apresentou como membro do DCE e disse  
166 que queria voltar na questão da empresa estar sujeita a cometer erros, citando alguns desses erros da  
167 empresa que foram, além do extravio de documentos, o fornecimento de informações erradas,  
168 alguns estudantes tiveram a informação de que não haveria nova possibilidade de recurso enquanto  
169 outros estudantes receberam a informação que teria; afirmou que conhece duas pessoas do seu  
170 campus que não entraram com recurso, porque receberam essa informação; disse que a empresa  
171 solicitou documentação que não tinha sentido algum como, por exemplo, documento das crianças  
172 que moravam na casa, sendo que não tinham crianças; colocou que acreditava que além de um erro  
173 técnico esse era um erro que tangia o assédio moral, porque as pessoas tinham que diversas vezes  
174 levar documentos que elas tinham certeza que já haviam levado e, inclusive, quando levavam o  
175 documento solicitado, em alguns casos, a empresa estava com o documento que já havia sido  
176 entregue em mãos e o novo documento e ficava fazendo comparações entre eles, ou seja, o  
177 documento já estava lá e foi solicitado novamente, sendo essa insistência injustificada; disse que  
178 outro ponto era sobre as pessoas da ProACE não terem pernas para fazer essa análise, sendo que em  
179 Sorocaba tinham duas assistentes da ProACE e vieram 3 pessoas da empresa fazerem a avaliação  
180 socioeconômica e durante a análise essas 3 pessoas estavam trabalhando enquanto as duas outras  
181 não estavam por esse contrato não permitir que elas fizessem e foi uma fila absurda, as pessoas  
182 entregaram a documentação na sexta-feira e tiveram a devolutiva na segunda-feira,  
183 majoritariamente de inconclusos; afirmou que se baixou a lista de pessoas de todos os campi que  
184 solicitaram a renovação e foram aproximadamente 2.600 pessoas, o contrato com a empresa era de  
185 8.000 avaliações socioeconômicas sendo R\$174.400,00 o valor acordado e disse que esse era um  
186 contrato caro; e quando se falava da questão da nova chance no próximo ano, haviam muitas  
187 pessoas nessa expectativa, porque não tinham condições de se manterem na Universidade, senão  
188 por essas bolsas; disse que a fala do Prof. Marcos era importante em relação a humanização do  
189 processo e se sabia qual a lógica de uma empresa privada quando faz a análise nesse sentido, que  
190 trabalha com números e não com realidades; disse que se pensava nessa nova chance, uma nova  
191 exposição, uma situação de se colocar nessa humilhação de comprovar que é pobre o tempo inteiro  
192 e questionou como se lidaria com isso e como uma empresa privada lidaria com isso; disse que  
193 então os alunos que tinham suas bolsas, desde que ingressaram, porque eram avaliadas por  
194 assistentes sociais e hoje eram avaliados por uma empresa privada não conseguiriam mais, então se  
195 expulsaria quem é pobre da Universidade e ficaria quem conseguiria se manter com seu dinheiro; e

196 finalizou afirmando que entendia isso como uma política de expulsão de quem era pobre da  
197 Universidade. Prof. Leonardo respondeu que a discente começou a fala citando alguns casos de  
198 pessoas que tiveram seus documentos extraviados, e pontuou que se tinham reclamações formais  
199 desse tipo, informações repassadas erroneamente que prejudicaram alunos, que essas fossem  
200 registradas e encaminhadas à ProACE para averiguação, pois isso deveria ser considerado; explicou  
201 que a entrada no Programa de Assistência Estudantil no próximo ano seguiria a mesma lógica dos  
202 anos anteriores, quem iria analisar seria o pessoal interno, fosse do DeAE, DeACEs ou SeACE;  
203 disse que a análise socioeconômica era um processo designado as assistentes sociais, pois haviam  
204 muitas nuances nesse processo, não sendo simples conseguir provar, através dos documentos,  
205 aquilo que se está colocando, e infelizmente, por seguir rigidamente um edital, se tinham que  
206 entregar documentações pertinentes, sendo que em caso de dúvidas, poderiam observar no edital  
207 que constava a apresentação de outros documentos; disse que entendia a posição em relação a isso,  
208 mas que também a Universidade não poderia dar o benefício a quem acabe não merecendo; disse  
209 que esse ano, infelizmente, se recebeu denúncias que estavam sendo avaliadas, e que em um país  
210 onde, por exemplo, o imposto de renda é fraudado, às vezes a própria avaliação poderia ser; e essa  
211 comprovação através de documentos era uma garantia para a Universidade de que o aluno estava  
212 nessas condições e poderia receber o benefício; disse que entendia o lado humano das pessoas que  
213 estavam a muito tempo no Programa de Assistência Estudantil e perderam as bolsas, disse que às  
214 vezes podia acontecer alguma mudança na composição familiar, mas reforçou que o processo de  
215 renovação não estava sendo executado da maneira correta, que o mesmo deveria ser feito a cada  
216 dois anos, e as pessoas não passaram por reavaliação nesse período, porque estavam sem “pernas”  
217 para conseguir, fosse por falta de pessoal interno ou contratação terceirizada para fazer essa  
218 avaliação; reforçou dizendo que a empresa contratada passava por treinamento com o pessoal  
219 interno, onde era explicado os casos mais complicados; que se tinham “n” casos distintos, em cada  
220 um dos campi haviam particularidades em relação a análise; exemplificou com o campus de Lagoa  
221 do Sino, onde se tem muitos trabalhadores rurais, sendo essa documentação completamente  
222 diferente de um profissional liberal quando se vai comprovar a renda; retomou dizendo que entendia  
223 a preocupação e que o edital estava com pontos diferentes, ajustes que vieram através do trabalho  
224 duro desse ano de se fazer uma avaliação do processo como um todo, analisar os números, analisar  
225 os casos e o trabalho da comissão que analisou os recursos, que é onde chegaram grande parte das  
226 reclamações e colocações dos estudantes; então se fez uma análise da conformidade tentando  
227 reparar o que se pode dentro do processo, que é estritamente burocrático, tendo esse que seguir  
228 normativas para que permaneça validado. Prof. Marcos disse que se via na obrigação de repetir algo  
229 que a seu ver era muito importante, apesar de não fazer parte da administração da Universidade,  
230 pois não se candidatou para isso; disse que achava a política de terceirização um equívoco das  
231 políticas mais globais do Brasil e do mundo, mas que ele não queria discutir sobre isso; disse que  
232 gostaria de repetir que para esse aspecto, o contato direto com a vida íntima das pessoas, a história  
233 das pessoas que ingressavam ou permaneciam na Universidade, para essa atividade se tinha que ter  
234 um esforço maior para que o contato pudesse ser de maior proximidade; disse que entendia que as  
235 pessoas da empresa que fariam a análise teriam uma formação com a equipe da ProACE e que  
236 imaginava que fosse da melhor forma possível, mas ainda assim acreditava que quem estava na  
237 Universidade, no cotidiano dos estudantes, teria mais condições de fazer isso; explicou que não  
238 desejava aumentar o trabalho dos servidores, mas achava que essa política terceirizada, para essa  
239 função, demonstrou alguns problemas que se tinha que tomar cuidado, porque podiam se repetir  
240 mais adiante, além de ter um custo para a Universidade; finalizou dizendo que para essa função  
241 específica a Pró-Reitoria deveria pensar a política de terceirização. Luiza disse que um dos maiores  
242 problemas era que as pessoas não tiveram suas análises feitas até o final; fazendo um levantamento  
243 breve, 30% das pessoas que solicitaram a renovação não conseguiram, destes 30%, 25% se  
244 enquadraram como desistentes ou ausentes e então podia-se pensar, vendo todos os relatos das  
245 pessoas, que elas não tiveram a oportunidade de serem avaliadas até o final e terem suas bolsas  
246 negadas, pois saíram do processo no meio por essa infinita repetição de entrega de documentação e  
247 extravio de documentos; 25% das pessoas que não conseguiram bolsas ficaram ausentes do

248 processo, saíram do processo, não tiveram uma conclusão; mesmo que algumas pessoas mintam  
249 durante o processo, mesmo que haja fraude, a maioria das pessoas desistiram do processo de tão  
250 truculento que foi. Prof. Leonardo disse que dentro da questão administrativa da Pró-Reitoria a  
251 única forma prática para poder realizar todo o processo de avaliação socioeconômica seria  
252 aumentando o quadro de funcionários, e a única solução atual, sendo correta ou não, era a  
253 terceirização que conseguia deixar operacional a questão da análise socioeconômica da Pró-  
254 Reitoria; afirmou que sempre que pode em reunião de equipe com a administração central, ele  
255 coloca a necessidade da questão de mais servidores para a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e  
256 Estudantis; disse que o pessoal trabalha bastante, tanto na parte da saúde, assistência estudantil e  
257 esportes, cumprindo uma agenda de trabalho muito maior que das outras Pró-Reitorias; afirmou que  
258 essa é uma das poucas Pró-Reitorias a favor do ponto eletrônico para registrar a carga de trabalho  
259 que se tem; é importante ver que a equipe é unida no sentido de conseguir lidar com a problemática  
260 que é a assistência com o corpo reduzido que tem; disse que iria usar a colocação do Prof. Marcos,  
261 quando possível, como argumento à administração no intuito de tentar expandir o corpo técnico, a  
262 questão de ter a necessidade de deixar o processo mais humanizado com mais profissionais, isso  
263 seria importante e traria uma melhora, mas que estavam sob muitos fatores, entre eles a política do  
264 Governo Federal na questão de reposição de trabalhadores para as Instituições; diante dessas  
265 problemáticas se tentava fazer o possível, para fazer o operacional que era complexo e que lidava  
266 com números e principalmente com seres humanos, na relação entre eles; finalizou agradecendo as  
267 colocações e deixou em aberto para manifestações a respeito do tema ou da minuta que estava em  
268 pauta. O discente do campus de Sorocaba, Raul, se apresentou como membro do DCE e disse que  
269 entendia a importância da Pró-Reitoria, que dentre as outras é uma ponte entre os estudantes com a  
270 Universidade, porque era a que lidava diretamente com o cotidiano dos mesmos; registrou sua  
271 tristeza em saber que ela era sobrecarregada, porque era onde a Universidade menos investia em  
272 capital humano, não sendo uma prioridade tão prioritária para a Universidade discutir assistência  
273 social; afirmou que participou das discussões sobre saúde mental dentro da Universidade e que viu  
274 que havia boa vontade e pouco recurso dentro da parte de assistência social; disse que além do que  
275 foi dito, gostaria de levantar que falta da própria Instituição coresponsabilidade, no tocante da  
276 assistência social, de se preocupar se os estudantes entenderam quais os documentos que deveriam  
277 ser entregues e o motivo; explicou que existia uma quantidade de documentação na assistência  
278 social que ele desconhecia outra Universidade que possuísse, que eram exigidos documentos que as  
279 pessoas não sabiam que existiam; disse que havia o cuidado de evitar fraude, mas na prática  
280 considerava muito difícil alguém que tivesse condições, pedir a bolsa, porque não se estava falando  
281 de valores absurdos, e sim de R\$100,00, R\$300,00 ou um jeito de comer, se estava falando do  
282 básico; finalizou dizendo de forma propositiva que houvesse uma construção mais humana do  
283 edital, que os documentos tivessem sentido e significado para serem solicitados e que houvesse  
284 outras formas de solicitá-los e exemplificou dizendo que não era todo mundo que conseguia fazer  
285 todas as impressões a tempo; o prazo de recurso de 48 horas porque a Instituição precisa disso, que  
286 é uma medida que vem de cima, é muito ruim para trazer o documento impresso; alguns  
287 documentos precisavam ser solicitados no banco, que tem o horário de funcionamento reduzido;  
288 alguns documentos estavam em uma cidade que o estudante não estava mais; a Universidade não  
289 aceitava documentos digitais ou outras formas de entrega; mesmo a autenticação com procuração  
290 era bem dificultada; existindo uma preocupação a mais se o documento é verdadeiro; finalizou  
291 dizendo que os documentos solicitados tivessem sentido e significado, que pudessem ser entregues  
292 em mais de um meio e reforçou que as pessoas não pediam a bolsa por ser um valor exorbitante,  
293 mas porque precisavam, e se precisavam é porque consideravam importante estar dentro da  
294 Universidade; e que acreditava que todos da ProACE e deste Conselho acreditavam no mesmo e  
295 podiam trabalhar juntos nisso; que havia formas de se fazer isso e que estaria trabalhando junto com  
296 os estudantes que perderam a bolsa para encontrar alternativas e soluções para que permanecessem  
297 na Universidade, não acabando na rua, como em algumas situações, porque era responsabilidade da  
298 Universidade que a eles pertencem. Prof. Leonardo respondeu sobre a questão documental, disse  
299 que essa era uma questão técnica e não poderia falar com propriedade a respeito disso; disse que

300 entendia que é uma documentação extensa; que o edital era extenso e de acordo com determinadas  
301 profissões, composições familiares, eram exigidos muitos documentos e ele achava que a fala do  
302 discente sobre tentar ajudar os estudantes que por ventura não conseguiram a bolsa e precisavam  
303 destes documentos, era uma ação muito válida; agradeceu e disse que a Pró-Reitoria poderia tentar,  
304 dentro do possível, ajudar os estudantes a entenderem quais eram esses documentos e como tentar  
305 obtê-los, se poderia trabalhar nisso; respondeu sobre a entrega dos documentos ser por via digital,  
306 que essa era uma demanda antiga, e apesar de se ter um mundo digitalizado, infelizmente alguns  
307 serviços burocráticos dentro das Instituições não podiam realizá-lo, mas que isso era uma prioridade  
308 da administração, tendo em vista que recentemente o pessoal da SPDI entrou em contato com ele  
309 para levantar alguns dados sobre a assistência estudantil e o secretário geral questionou como eram  
310 armazenadas as informações das entradas por localidade, se estavam armazenadas digitalmente e  
311 ele respondeu que se tinha essas informações armazenadas em arquivo físico, não se tinha  
312 digitalizados e o arquivo é gigantesco; disse que havia validade de um certo tempo que precisava  
313 manter a guarda desses documentos, pelos órgãos de controle que exigem isso, sendo um volume  
314 muito grande em termos espaciais; que se tinha um trabalho de um pessoal das Ciências da  
315 Informação que ajudava a manter esses documentos, mas muitos dados da Pró-Reitoria não se  
316 conseguia o acesso fácil e rápido porque faltava esse processo de digitalização; disse que isso estava  
317 na mira da AudIn, que apontou em documento interno, a necessidade desse processo de  
318 digitalização, inclusive da entrada, o que facilitaria para todos; afirmou que a entrada por envelope  
319 é complicada, para se controlar isso precisa-se ter lista, e não é fácil; se tivesse a digitalização do  
320 processo a própria Pró-Reitoria poderia ter um trabalho mais fácil de ser realizado, mas para validar  
321 tudo isso dependia de sistemas computacionais e que a Universidade ainda estava caminhando  
322 nesse sentido para resolver; finalizou dizendo que ele acreditava que em poucos anos essa questão  
323 pudesse estar superada, mas que não era tão rápida, a curto prazo, de ser resolvida, mas que isso  
324 estava no planejamento. Raul questionou a possibilidade de que dentro do edital coubesse um anexo  
325 e explicou usando uma situação hipotética de um aluno que fosse de outro estado, veio até a  
326 Universidade, não foi deferido e pediu recurso, um dos documentos solicitados era do banco e foi  
327 solicitado na agência e demoraria para ser encaminhado de uma agência para a outra; questionou se  
328 haveria a possibilidade de dentro desse anexo, do documento ser entregue posteriormente, como se  
329 fosse uma justificativa onde o aluno explicasse o motivo da não entrega do documento para ser  
330 avaliado pelas assistentes sociais, que avaliariam se essa justificativa teria sentido ou não, mas que  
331 houvesse essa possibilidade minimamente a pessoa que tivesse dificuldade de acessar o documento  
332 por estar longe, um documento de difícil acesso, ter um tempo para recuperá-lo, porque pelo prazo  
333 dado é difícil conseguir. Prof. Leonardo disse que existia um cronograma que estava no anexo 01,  
334 do próprio edital, e um anexo 02 com cronograma de convocações de manifestação de interesse e  
335 explicou que se tivesse um anexo que por um motivo sobrescrevesse esses anexos de cronograma,  
336 se teria um problema de executabilidade que impediria o edital de estar isonômico para todo  
337 mundo; disse que havia o período de inscrição: “a inscrição do primeiro turno que visa os alunos  
338 que não conseguiram fazer a renovação e estão precisando” que seria no começo, porque o  
339 resultado do SISU sairia no final de janeiro, e essa entrada de janeiro seria visando esse pessoal; e  
340 na inscrição do primeiro turno dias 28, 29, 30 de janeiro e 03, 04 e 05 de fevereiro, aí se teria a  
341 revisão do primeiro turno nos dias 09 e 10 de fevereiro, depois o resultado do primeiro turno no dia  
342 20 de março; disse que se tinha um prazo de 1 mês para o pessoal fazer a análise e se não  
343 conseguisse os documentos se tinha a questão da revisão, onde poderia-se entregar os documentos  
344 faltantes; afirmou que não poderia quebrar o calendário, tanto de avaliação, quanto de convocação e  
345 manifestação de interesse dessa forma, com um anexo para entregar os documentos posteriormente,  
346 porque isso fazia com que o edital tivesse problemas sérios de executabilidade, impossível de se  
347 resolver, mesmo pelo corpo técnico. Prof. Leonardo pediu a assistente social, Cristiane Cinat, para  
348 contribuir a respeito das questões técnicas e nas questões da documentação da própria avaliação em  
349 si. Sra. Cristiane disse que sua fala vinha a título de esclarecimento e pediu para que Raul a ajudasse  
350 na sugestão que ele deu e registrou não saber se sua fala contemplaria; disse que a sugestão vinha  
351 com a colocação que ele fez anteriormente sobre a dificuldade do estudante que estava no processo

352 seletivo conseguir entregar um documento que ele não tivesse acesso naquele momento, se fosse  
353 isso, ela afirmou que gostaria de dividir o que era processo da empresa e o que era processo da  
354 equipe de assistentes sociais da Instituição, porque ela não conseguiria responder pela metodologia  
355 da empresa; como era feito e o recebimento da documentação, mas em São Carlos se recebia  
356 documentos por e-mail, por exemplo, sendo bastante prático, a questão do *Whatsapp*; o estudante  
357 estava em São Carlos, a família não, a família mandava a foto ou digitalização do documento e se  
358 conseguia receber e considerar isso; então uma declaração, uma foto de um comprovante se  
359 conseguiria receber e inclusive imprimir; registrou que o serviço social do campus de São Carlos  
360 tem essa prática, inclusive com o propósito de não onerar o estudante, por conta das cópias dos  
361 documentos terem que ser pagas; disse que se a sugestão vinha no sentido da dificuldade desse  
362 acesso, isso não interferiria no cronograma, que era dentro do processo de revisão, de contato que se  
363 fazia com o estudante e que poderia ser enviado via email e se conseguia imprimir, não constando  
364 documento faltante; finalizou dizendo que não sabia se a fala do Raul veio nesse sentido, mas que  
365 essa já era uma prática. Raul agradeceu a fala da Cristiane e disse que mostrava que havia  
366 possibilidades e portas abertas e achava que poderia se tentar encontrar formas de disseminar essa  
367 prática para os outros campi, porque facilitaria bastante a vida dos estudantes, mas que para  
368 complementar, que houvesse uma elucidação para o público do porquê desses determinados  
369 documentos serem solicitados, pois essa era uma dúvida recorrente, porque ficava uma sensação de  
370 ser mais fácil desistir do processo do que justificar e ele acreditava que o objetivo não fosse esse,  
371 mas que houvesse uma elucidação sobre o objetivo de se entregar cada documento, para que não  
372 ficasse algo fora do contexto dos estudantes. Não havendo mais manifestações iniciou-se a votação  
373 para aprovação do Edital de Reserva de Vagas do Programa de Assistência Estudantil 2020,  
374 aprovado por unanimidade. Prof. Leonardo manifestou seu contentamento de o Edital ter sido  
375 aprovado pelo conselho, pois era muito importante que um Edital como esse fosse discutido e  
376 aprovado em uma reunião do Conselho e não por ad referendum, pois essa era uma  
377 responsabilidade muito grande. Assim, a reunião foi encerrada com os agradecimentos do  
378 presidente e dos membros. Eu, LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária,  
379 lavrei a presente ata, que, se aprovada, será assinada pelos membros presentes.

380 Prof. Dr. Leonardo Antônio de Andrade (Presidente) \_\_\_\_\_